





## JUSTIFICAÇÃO

A Petrobras figura como um dos principais elementos na investigação conhecida como “Lava-Jato”, em curso na Justiça Federal do estado do Paraná, que visa desbaratar um dos maiores casos de corrupção, locupletamento ilícito e lavagem de dinheiro que se tem noticiado no Brasil. Até a presente data foram negociados – no bojo de diversas delações premiadas e apreensões policiais – a devolução de milhares de reais, com possibilidade de que estes valores devidamente desviados ultrapassem a casa dos bilhões.

Segundo o Ministério Público Federal, a dilapidação do patrimônio da Petrobras dura há, pelo menos, dez anos e envolve grandes empreiteiras, altos executivos da petroleira e agentes públicos. Segundo o MPF, de forma bem sintética, o *modus operandi* ocorria por intermédio do

*“superfaturamento de contratos por um cartel de empreiteiras que cooptou funcionários do alto escalão da Petrobras, pagando-os por meio dos operadores financeiros. (...) As empreiteiras se cartelizaram em um ‘clube’ para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. (...)”*

*As empreiteiras pagavam propinas para funcionários do alto escalão da Petrobras no valor de 1% a 5% do valor dos contratos, dinheiro que era repartido entre os funcionários, partidos políticos, membros do Congresso Nacional e operadores. Um dos funcionários da*



*estatal chegou a receber mais de R\$ 100 milhões de dólares de propina.”<sup>1</sup>*

Muito se investigou durante o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista que se instalou no Congresso Nacional no segundo semestre de 2014, mas o rol de desvios não se exauriu naquela investigação. Para além das aquisições de Pasadena, da construção da Refinaria de Abreu e Lima e do suposto pagamento de “propina” a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM, visando à obtenção de contratos com a estatal, inúmeros outros casos são suspeitos de integrarem esse esquema que sangrou os cofres públicos.

O Complexo Petroquímico – COMPERJ, no Rio de Janeiro; as Refinarias Premium I e II, localizadas respectivamente no Maranhão e no Ceará; a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), no Paraná; o afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a venda de ativos da Petrobras na África e as operações da Sete Brasil também estão no rol de operações que merecem ser investigadas em razão de suspeitas de terem servido para irrigar os cofres da corrupção e da dilapidação do patrimônio da Petrobras.

Em relação ao Sr. Shinko Nakandakari, um dos 11 operadores investigados na 9ª fase da Lava-Jato, ele intermediou R\$ 57,7 milhões em propina na Diretoria de Serviços da Petrobras.

Segundo reportagem da Veja.com, Erton Medeiros Fonseca - executivo da Galvão engenharia – que está preso, admitiu pagar propina a Nakandakari. O Sr.Erton apresentou notas fiscais pagas no valor de R\$ 8,8 milhões de reais à LFSN Consultoria e Engenharia.

---

<sup>1</sup> <http://www.lavajato.mpf.mp.br/index.html>



Nakandakari e outras duas pessoas de sua família (Luís Fernando Sendai Nakandakari e Juliana Sendai Nakandakari) eram sócias da LFSN, que opera em um prédio residencial no bairro do Brooklin.

Ademais, segundo Pedro Barusco, ex-gerente da Petrobras, Shinko entregava a propina pessoalmente em nome da Galvão, da EIT e da Contreiras, todas com contratos firmados com a Petrobras.

Ademais, em seus depoimentos, Pedro Barusco teria afirmado que existia dentro da Petrobras um grande esquema de desvio de recursos, em que o PT teria arrecadado cerca de US\$ 200 milhões ilicitamente. Reportagem do Estadão detalha o esquema de corrupção na estatal entre o Sr. Barusco e o Sr. Nakandakari:

“O engenheiro Shinko Nakandakari, apontado como carregador de malas de dinheiro para o ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque, começou a ser ouvido pela força-tarefa da Operação Lava Jato.

Segundo o ex-gerente de Engenharia Pedro Barusco – que era braço direito de Duque na Petrobrás -, Nakandakari era um dos “operadores” de propina que atuava na Diretoria de Serviços – reduto do PT na estatal.

“Shinko entregava pessoalmente o dinheiro em euros, reais ou dólares, sempre na quantia correspondente a aproximadamente R\$ 100 mil, normalmente nos hotéis Everest, Sofitel e Ceasar Park, onde ‘tomavam um drink ou jantavam’”, descreveu Barusco

Por todo o exposto – e pela quantidade de outros fatos que vêm sendo divulgados no desenrolar das investigações em curso – entendemos indispensável a oitiva do Sr. SHINKO NAKANDAKARI nesta CPI, como forma de ouvir sua versão dos fatos, avaliar as provas que porventura ele pretenda apresentar, de forma a lhe assegurar o contraditório e a ampla defesa. Por essas



CAMARA DOS DEPUTADOS

razões, conclamamos os nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

**Sala da Comissão, em            de            de 2015.**

**DEPUTADO ONYX LORENZONI  
DEM/RS**

**DEPUTADO EFRAIM FILHO  
DEM/PB**